

A HISTÓRIA — QUE “MESTRA DA VIDA”?

JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES*

A pragmática sentença que, ao menos desde Cícero, em explícita teoria, olha a história como *mestra da vida*, continua a vigorar pertinazmente, não obstante os muitos protestos emergentes de diversas áreas do saber, já por declinarem a função instrumental deste, já por considerarem constituir perverso anacronismo a subordinação do passado, de que se ocuparia a história, aos desígnios do presente.

Para todos esses, a canalização do passado para o presente significaria um artificioso processo, dado não haver articulação constitutiva entre o passado e o presente, ao menos no horizonte da consideração do saber. O máximo que se poderia conceder seria a apresentação, pela descrição histórica, de situações paradigmáticas ou exemplares, a seguir ou a rejeitar pelos protagonistas do presente, mas sem o imperativo de qualquer constrangimento causal intrínseco.

•

Seja como for, tenham ou não razão os pragmatistas ou os teóricos, a literatura histórica continua a atrair uns e outros, mesmo que com finalidades diferentes ou até contrastantes, não sendo ousado dizer que, em termos estatísticos, esse continua a ser o género literário mais lido.

Este fenómeno faz pensar e a situação conflituosa entre pragmatistas e teóricos obriga a um esforço do esclarecimento. Tratar-se-á de uma antinomia inerente ao próprio saber histórico ou, pelo contrário, estaremos simplesmente perante uma noção incorrecta de história que, uma vez superada, dissiparia tais incongruências?

•

A história não se ocupa da relação causal entre os acontecimentos, menos ainda da articulação causal diacrónica destes. A esses respeito, têm razão os que não vêem implicação intrínseca entre o presente e o passado.

* Universidade de Lisboa.

A história não se ocupa mesmo dos acontecimentos, se por estes queremos designar apenas factos. Estes guindam-se ao estatuto de acontecimentos ou factos históricos, quando a eles se confere um determinado — importante — valor, o que apenas sucede se integrados no horizonte duma mundividência, que é sempre um conjunto organizado de valores. A ser assim, é caso para afirmar que são os argumentos a fazer os factos (históricos).



A tarefa da história é a construção do sentido de um mundo. Desta feita, em vez de se pensar em um encadeamento causal dos acontecimentos no tempo, em esquema de *explicação*, o que se pretende na história é a *compreensão* de um todo orgânico, que designamos de mundo, um espaço literário de sentido.

É, com efeito, isso mesmo o que faz a história, residindo aí a razão por que ela não pode concretizar-se obedecendo ao modelo das chamadas *ciências da natureza*, esse, sim, *explicativo*, que reduziria a complexidade do mundo ao padrão de uma determinante, certamente não arbitrária, embora mais ou menos convencionalmente erigida. A história constitui, mediante a linguagem natural, o tecido de um mundo de valores referenciado a uma determinada época, não inteligível, contudo, à luz do esquema aristotélico de causalidade, dentro do qual a dinâmica axiológica teria dificuldade de ser entendida.



Mas se a história se ocupa do mundo, onde determinados acontecimentos logram sentido, então as relações entre os mundos de hoje e os de ontem são mesmo reciprocamente constitutivas. Assim, já não será possível dissociar o mundo do passado e o mundo do presente, porque estão insolúvelmente articulados. Pode não estar automaticamente fundamentado o pragmatismo da sentença que nos vem servindo de epígrafe, mas a aproximação entre o presente e o passado é aí inevitável, porque inerente a toda a ideia de mundo. Isto em dois sentidos: já porque o sentido do mundo do presente tem, como ponto de partida, o sentido dos mundos já constituídos, já porque o mundo do passado vê os seus vectores de sentido a dirigirem-se para o futuro, inscrevendo-se, nesse movimento, o presente.

Aliás, sem essa recíproca atracção dos diferentes momentos do tempo — passado, presente, futuro — seria difícil de entender a possibilidade de o presente interpretar o passado, requerendo-se, para

esse efeito, o cruzamento simultâneo de todos eles. Trata-se do ímpeto do sentido do passado, que quer ser futuro, bem como do ímpeto do presente...

Do presente, que quer ser passado?

~

Esta questão, acabada de formular em forma interrogativa, a da relação entre presente e passado, excede as naturais atracções de simetrias de reciprocidade.

Com efeito, a mola do movimento de todo este processo não será nem do mundo do passado, nem do do presente, nem mesmo do do futuro, mas, antes e simplesmente, de o mundo, traduzindo este a plenitude de sentido que, por isso, não prescinde da realização histórica.

O que o texto histórico pretende é a constituição do melhor mundo possível, esse todo orgânico onde se harmonizam as categorias dinâmicas de unidade, universalidade e diferença. A idealidade de mundo, presente em todo o texto dessa índole, pode representar-se, em termos de tempo, por um presente distenso, abrangendo o passado e o futuro. Assim, não haveria nenhum mundo com essas características de sumo expoente ontológico, se não compreendesse os mundos do passado e não apontasse para o futuro, para o mundo, a esgotar, pelo seu grau de perfeição, as marcas do histórico.

~

É por isso que se torna enormemente equívoco considerar, como geralmente acontece, o passado como *objecto* da história, quando esta vive da constituição de um mundo, donde não podem estar ausentes, em interacção simultânea, o passado, o presente e o futuro, sem que se possa mesmo afirmar ser aí o passado o pólo determinante.

Ninguém olha para o passado, a não ser que o passado apareça como expressão máxima do mundo ou sirva ao menos de percurso para esta. No entanto, olhar para o passado com esse apreço maximalista equivale a acabar com o processo de constituição do mundo e com a própria história. Essa nostalgia do passado disfarçaria apenas o movimento do futuro, talvez o mais determinante do fazer da história.

Argumentar-se-á, nesse caso, que, assim, o passado é destituído de valor ontológico. Ora, é exactamente o contrário que se pretende, pela sua valorização, num processo vivo e constante de integração em horizonte mais vasto, onde entram também o presente e o futuro.

Repare-se na metamorfose que se opera nesse mundo do passado.

Ele não deixa de ser o que é, algo irrepetível, mas é mais do que isso pelo facto de ser isso mesmo, é um mundo possível dentro de outros mundos que procuram a sua expressão axiológica limite.

Ficar no passado, como um facto apenas, equivaleria a transformá-lo em um *fatum*, sem sentido, sem futuro, não susceptível de ser pensado, em relação ao qual a história seria também impensável. Deve reconhecer-se, entretanto, que é assim que certas epistemologias julgam comportar-se, encantadas e iludidas com o rigor de fidelidade aos factos, que toda acção do historiador flagrantemente contradiz.



A literatura, embora a não representativa do chamado género histórico, se bem menos distante dele do que poderia parecer, fornece exemplos muito ilustrativos sobre a natureza da produção da historiografia. Temos sobretudo em mente o romance histórico que, muitas vezes, teria jus a ocupar as prateleiras da historiografia, aliás com pruridos antológicos.

Frequentemente, o romancista, depois de passar por formas consideradas mais abstractas, sente-se atraído por conteúdos históricos. Este é, em princípio, um movimento inverso ao da autonomia literária que, por não estar determinada por referentes históricos, teria mais hipóteses de constituir um mundo mais universal. Aí, a actividade da imaginação, essencial em toda a construção do sentido do mundo, ainda no da historiografia, pareceria mais facilitada.

Ora, o que sucede na produção do romance histórico não é de modo algum uma fixação no referente histórico, no facto, sendo antes o tratamento do valor deste, o que só é epistemologicamente viável se for considerado como um possível, dentro de um âmbito mais vasto.

Paradoxalmente, o trabalho da imaginação não é aí menos intenso, não só pela necessidade de alargar o horizonte do mundo, em direcção ao futuro, como também para dilatar o mundo da memória, onde se inscreve o mundo do passado, mas a exigir constantemente um aprofundamento, de modo a transmutar-se de *facto* em *possível*, já por ter sido gerado por outros mundos possíveis, já por se integrar em horizontes mais vastos de mundo.

A imaginação deixa, assim, de representar uma faculdade de natureza psicológica, aliás quase sempre de prestígio reduzido em comparação com as faculdades *nobres*, para se mostrar como o poder de

elasticidade tanto da memória como do mundo, sobretudo na versatilidade temporal deste.

Efectivamente, toda a construção do mundo equivale ao desenvolvimento de possibilidades, não só na direcção do futuro, mas também do passado, não sendo tais possibilidades decorrentes das faculdades subjectivas do homem, mas, sim, da polivalência ontológica do mundo, a que é intrínseco o movimento de historicidade.

Desta forma, ao contrário do que frequentemente se afirma, a imaginação não subjectiviza, antes universaliza, o que representa o sólido caminho da objectividade.



Para terminar esta breve reflexão, recuperemos a inicial ideia de história como *mestra da vida*.

Uma correcta noção de história parece sancioná-la, não certamente em termos pragmáticos, mas nem por isso de alcance menos eficaz.

Mais do que *mestra da vida*, por oferecer circunstâncias, comportamentos e advertências susceptíveis de nutrir atitude prudenciais, a história é *mestra* sobretudo por alargar o horizonte de sentido da mesma vida, estimulando e integrando todos os mundos possíveis, que é afinal o que de mais útil pode representar para a existência.

Relativamente a outros saberes e a outras expressões literárias, a história, por atender a referentes muito concretos e vivos, além de privilegiados — não sejam eles *históricos* — alarga, como nenhum outro, o horizonte do mundo, desalojando-o dos esquemas mentais do homem, onde se encontra frequentemente agrilhado. Não é a realidade, ainda a do passado, que tolhe a dinâmica da imaginação, no seu esforço de dilatação do sentido do mundo. O que pode atenuar o seu ímpeto é a pseudo-realidade em que a mente se encerra, para da realidade se apoderar, tantas vezes em nome da fidelidade aos factos.

Nenhum género literário parece estimular mais a imaginação do que a historiografia, abrindo por isso caminho à universalidade e à objectividade, isto é, à realidade do mundo.